



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 99/2014

Altera a Lei nº 8.595, de 29 de outubro de 1987, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 8.595, de 29 de outubro de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tupãssi, com sede no Município de Tupãssi e foro no Município de Assis Chateaubriand.

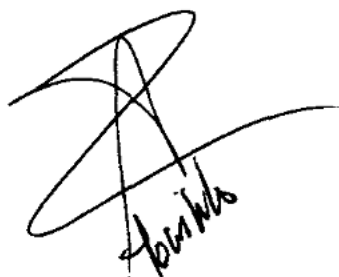
Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tupãssi, com sede no Município de Tupãssi e foro no Município de Assis Chateaubriand.

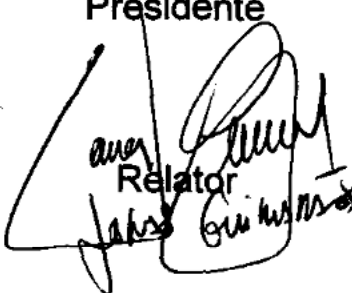
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Aníbal Khury


Relator
João Luiz


Marcos Lima

PROJETO DE LEI 172/14

Súmula: Revoga o artigo 2º da Lei nº 17.885, de 2013.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Fica revogado o artigo 2º da Lei nº 17.885, de 19 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM
Nº 018 /2014

Curitiba, 08 de abril de 2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 14 ABR. 2014

1º Secretário

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em 09/04/2014

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva revogar o artigo 2º da Lei nº 17.885, de 19 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Florestópolis.

A referida Lei tem a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Florestópolis, do imóvel denominado Lote nº 01 da Quadra nº 01, com área total de 36.300,92 m², situado no loteamento Jardim Floresta III, no Município de Florestópolis, conforme descrito na Matrícula nº 11.824 do Office de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade, será usado para construção de casas populares.

Art. 3º. O Município terá o prazo máximo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade da mesma, caso contrário o referido bem retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

A Prefeitura Municipal de Florestópolis, através do Office nº 65/2014/GP, informou que inicialmente o imóvel pertencia ao Município e foi doado ao Governo do Estado que, por não utilizá-lo, efetuou a reversão para construção de casas populares mas, com as cláusulas restritivas do artigo supracitado, a destinação a ser dada acaba sendo inviabilizada.


Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.415.294-3

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br



**SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO****Sistema Estadual de Legislação**Pesquisa Rápida  voltar**Exibir Ato** Página para impressão

Lei 17885 - 19 de Dezembro de 2013

Alterado Compilado Original Publicado no Diário Oficial nº. 9111 de 20 de Dezembro de 2013**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Florestópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Florestópolis, do imóvel denominado Lote nº 01 da Quadra nº 01, com área total de 36.300,92 m², situado no loteamento Jardim Floresta III, no Município de Florestópolis, conforme descrito na Matrícula nº 11.824 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu.

Art. 2º. O imóvel em questão, que fica gravado com cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade, será usado para construção de casas populares.

Art. 3º. O Município terá o prazo máximo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade da mesma, caso contrário o referido bem retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de dezembro de 2013

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Dinorah Botto Portugal Nogara
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 172/2014

Projeto de Lei nº 172/2014

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 018/2014

Súmula: Revoga o artigo 2º da Lei nº. 17.885, 2013.

EMENTA: REVOGA O ARTIGO 2º DA LEI 17.885, DE 2003. REVOGAÇÃO. POSSIBILIDADE. ARTS. 65, 66, INC. II E 87, INC. VI DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO. COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei complementar de autoria do Poder Executivo tem como objetivo revogar o artigo 2º da Lei nº. 17.885, 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre os servidores públicos, especialmente, provimento de cargos nos termos dos artigos 66, inciso II e 87, inciso VI, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva; (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei; (grifo nosso)

Observa-se do teor da Mensagem que *"a justificativa para a modificação legislativa proposta reside, em primeiro lugar, em serem inconstitucionais tais dispositivos, como a seguir será exposto. Além disso, encontra-se em estudo no âmbito da Procuradoria Geral do Estado anteprojeto de lei complementar que irá formular a carreira corretamente, corrigindo ilegalidades constantes de decretos avulsos e de resoluções desamparadas. Tal estudo, entretanto, demanda tempo e maior aprofundamento."*

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.

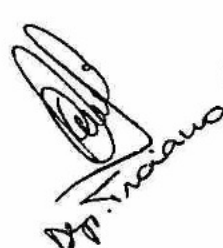

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR


Dep. Scalon




Dep. Turiani


Dep. Coar


Dep. Triciano


Dep. Scarpion

Dep. Bastos
APROVADO
29/04/14


Dep. Nicles

Dep. Tadeu



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 172/2014

Projeto de Lei nº 172/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 018/2014

Súmula: Revoga o artigo 2º da Lei nº 17.885 de 2013.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 172/2014**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 018/2014**, objetiva revogar o artigo 2º da Lei nº 17.885 de 19 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Florestópolis no Estado do Paraná. A alteração elimina o item que cita a cláusula de inalienabilidade, abrindo a possibilidade para utilização deste imóvel em outros fins específicos, trabalhando a abrangência e a necessidade real do município.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 172/2014**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto de lei objetiva beneficiar o município de Florestópolis no Estado do Paraná, com a alteração da lei nº 17.885 de 19 de dezembro de 2013, que fixa em cláusula de inalienabilidade a destinação específica do imóvel para a construção de casas populares. Esta alteração permite que este imóvel possa ser utilizado para outros fins específicos e atende a uma demanda regional apontada em levantamento pelo Poder Executivo Municipal. Uma ação que condiz com a realidade de Florestópolis e sugere a utilização do imóvel para a implantação de serviços públicos que propiciem o desenvolvimento local. Esta alteração fortalecerá de forma direta o crescimento regional, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já executada, um trabalho pela continuidade do crescimento regionalizado, atendendo de forma direta a necessidade específica de toda a população.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 172/2014 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 018/2014 a qual apenas elimina informações que delimitavam a utilização da área doada ao Município de Florestópolis. Neste caso, ganha um mérito indiscutível ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de uso exclusivo ao bem comum de maneira específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 172/2014**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se referem aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado hermas Brandão Junior, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição trará benefícios indiscutíveis ao município de Florestópolis, merecendo total apoio desta Comissão.

Desta forma opto pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 172/2014**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 12 de maio de 2014.

Francisco Bührer
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

Tercílio Turini
TERCÍLIO TURINI
Relator

Adelino Ribeiro

Elton Welter

Jonas Guimarães

Pastor Edson Praczyk

Teruo Kato